16º SIMULADO OAB 2013.1

12 DE ABRIL DE 2013

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9:20hs e encerramento às 12:20hs. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9:20hs. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 12/abr e extinguir-se-á às 13hs do dia 15/abr. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 18/abr.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 18/abr.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 12/Abr | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 12/Abr | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 15/Abr | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 18/Abr | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 18/Abr | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Com relação aos princípios constitucio­nais da Administração Pública, é correto afirmar que:**

(A) o princípio da legalidade comporta exceção, no caso de ato discricionário.

(B) o desvio de finalidade implica ofensa ao princípio da publicidade.

(C) são aplicáveis apenas ao Poder Executivo da União.

(D) o desvio de finalidade implica ofensa ao princípio da impessoalidade.

**2. O Prefeito de determinado Município no interior de um Estado edita normas gerais e abstratas para viabilizar o fiel cumprimento da lei. Este ato está baseado em seu poder:**

(A) regulamentar

(B) legislativo

(C) regulador

(D) regulatório

**3. Em relação ao conceito de ato adminis­trativo, analise as alternativas a seguir:**

**I. Ato administrativo é uma manifestação unilateral de vontade da administração pública.**

**II. Ato administrativo é um ajuste entre a adminis­tração pública e um particular para consecução de objetivos de interesse público.**

**III. Ato administrativo é uma realização material da administração pública em cumprimento de alguma decisão administrativa.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e II estiverem certas

**4. Quando o servidor público atua fora dos limites de sua competência, mas visando ao interesse público, pratica:**

(A) excesso de poder, que caracteriza abuso de poder.

(B) excesso de poder, mas que, no caso, não carac­teriza abuso de poder.

(C) desvio de poder, que caracteriza abuso de poder.

(D) desvio de poder, mas que, no caso, não carac­teriza abuso de poder.

**5. Com base na Lei 9.784/99, analise as afirmativas a seguir.**

**I. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favorá­veis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.**

**II. O prazo de decadência, na hipótese de efeitos patrimoniais contínuos, será contado a partir da percepção do primeiro pagamento.**

**III. A convalidação é da competência privativa da própria Administração, logo, é incabível que o órgão jurisdicional pratique a convalidação de atos administrativos, a menos que se trate de seus próprios atos administrativos.**

**IV. Na revogação, a Administração Pública atua com discricionariedade, exercendo o poder de autotutela quanto a motivos de mérito, avaliando a conveniência e a oportunidade de suprimir o ato administrativo.**

**Assinale**

(A) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**6. O consórcio público perceberá dos entes consorciados recursos mediante contrato de:**

(A) participação.

(B) rateio.

(C) distribuição.

(D) gestão.

**7. Analise as seguintes afirmativas:**

**I. No caso de improbidade administrativa em que haja enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público, o sucessor 'do autor da conduta está sujeito às sanções previstas na Lei 8.429/92 até o limite do valor da herança.**

**II. Na ação de improbidade administrativa devem figurar como réus, em litisconsórcio passivo, o servidor responsável pelo ato, o terceiro que concorreu para o resultado e a pessoa jurídica a que pertence o servidor.**

**III. A revelação a terceiros de fato sigiloso de que o servidor tenha ciência em virtude de suas atribui­ções somente pode enquadrar-se como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.**

**Assinale:**

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.

(B) se apenas a afirmativa III estiver correta.

(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**8. Assinale a alternativa que defina corre­tamente desapropriação indireta.**

(A) É um ato legal da Administração.

(B) É uma mera declaração de vontade da Adminis­tração.

(C) É a desapropriação praticada pelo particular.

(D) É um ato ilícito da Administração.

**9. Com relação à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função pública, analise as afirma­tivas a seguir:**

**I. O funcionário público, condenado na esfera criminal, poderá ser absolvido na esfera civil e administrativa, prevalecendo a regra da indepen­dência entre as instâncias, mesmo que haja dano patrimonial e ilícito administrativo correspondente ao ilícito penal.**

**II. A absolvição judicial penal do servidor público repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou excluí-lo da condição de autor do fato.**

**III. A Administração Pública pode demitir funcionário público por corrupção passiva antes de transitado em julgado da sentença penal condenatória.**

**IV. A absolvição do servidor público, em ação penal transitada em julgado, por não provada a autoria, implica a impossibilidade de aplicação de pena disciplinar administrativa, porém permite a ação regressiva civil para ressarcimento de dano ao erário.**

**Assinale:**

(A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas II e III estiverem cor­retas.

(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**10. Infere-se do regime jurídico dos contra­tos administrativos que:**

(A) não se aplicam disposições de direito privado aos contratos administrativos, sendo vedadas, especialmente, as cláusulas exorbitantes, pois estas ferem o equilíbrio contratual.

(B) os contratos administrativos possuem cláusulas exorbitantes que atribuem à Administração a prer­rogativa de modificar unilateral e ilimitadamente o contrato administrativo.

(C) nos termos do regime jurídico que lhes é próprio, os contratos administrativos só podem adotar a forma escrita, sendo vedados sem exceção os contratos ver­bais, em virtude da segurança jurídica.

(D) poderá a administração aplicar sanções adminis­trativas aos contratados, independentemente de ação judicial, desde que assegure o contraditório e a ampla defesa.

**Constitucional**

**11. Sobre as ações do controle concentrado de constitucionalidade federal, analise os itens abaixo:**

**I – Não há natureza ambivalente ou fungível nas ações do controle concentrado;**

**II – Não se admite medida cautelar em sede de ADO (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão);**

**III - A decisão da cautelar em ADI terá efeito *ex tunc*, salvo se o STF entender que deva conceder-lhe eficácia ultra-ativa.**

**É correto o que se afirma em:**

(A) I, apenas

(B) III, apenas

(C) I e II, apenas

(D) nenhuma delas.

**12. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:**

(A) O direito à vida é considerado em termos absolutos no país.

(B) A indenização por danos material, moral e à imagem abrange as pessoas naturais e jurídicas, de direito público e privado.

(C) Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pode expedir mandado de prisão preventiva, segundo orientação do STF.

(D) O Tribunal de Contas da União pode determinar a quebra de sigilo de dados bancários dos investigados.

**13. Sobre repartição de competências, assinale a alternativa correta:**

(A) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

(B) Compete privativamente ao próprio Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar.

(C) O Município não é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

(D) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

**14. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os direitos políticos:**

(A) Não há desincompatibilização para reeleição.

(B) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

(C) Senadores e Deputados Federais só podem concorrer à reeleição uma única vez.

(D) A idade mínima para concorrer ao cargo de Deputado Distrital é a de 21 (vinte e um) anos.

**15. A respeito da ação de habeas corpus, assinale a afirmativa incorreta:**

(A) Pode ser impetrado por qualquer pessoa, nacional ou estrangeira.

(B) É cabível contra punição disciplinar militar ilegal.

(C) Pode ser utilizado como instrumento de controle concreto de constitucionalidade.

(D) Se o impetrante não comprovar na petição inicial que é hipossuficiente, não terá direito à gratuidade.

**16. A Câmara dos Deputados realiza as suas atribuições constitucionais, em regra, por meio de:**

(A) Decreto.

(B) Resolução.

(C) Decreto-Lei.

(D) Decreto Legislativo.

**17. O sistema de controle interno das contas públicas ocorre no âmbito:**

(A) do Legislativo Federal.

(B) do Judiciário Federal.

(C) da atividade administrativa de cada um dos poderes.

(D) do Executivo Federal.

**18. Não é competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente:**

(A) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente.

(B) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos, ou seja, direta ou indiretamente interessados.

(C) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

(D) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

**19. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados determinados princípios. Assinale a opção cujo conteúdo não corresponde aos princípios constantes do art. 170, da Constituição.**

(A) Soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, busca do pleno emprego.

(B) Propriedade privada, livre concorrência, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

(C) Soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, vedação ao tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras que tenham sua sede e administração no país.

(D) Função social da propriedade, livre concorrência, defesa do meio ambiente, busca do pleno emprego, redução das desigualdades regionais e sociais.

**20. O Presidente da República possui competência privativa para praticar determinados atos. Dentre as atribuições seguintes, assinale qual delas pode ser objeto de delegação:**

(A) declarar guerra.

(B) decretar a intervenção federal.

(C) conferir condecorações e distinções honoríficas.

(D) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

**Deontologia**

**21. Em razão de acidente de motocicletas provocado por Carlos da Silva, este pagou a João Rocha, em composição amigável, a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelos danos materiais causados na motocicleta de João Rocha, que deu quitação do que lhe era devido. Passados 5 (cinco) meses, João Rocha procurou o advogado Caio das Neves e este, mesmo tendo ciência daquele acordo, foi contratado por João Rocha e ingressou em juízo com uma Ação de Ressarcimento de Danos por acidente de veículos contra Carlos da Silva, pleiteando a indenização de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelos danos materiais causados no veículo de João Rocha. Marque a alternativa correta:**

(A) O advogado cometeu patrocínio simultâneo e fraude processual;

(B) O advogado praticou uma lide temerária;

(C) O advogado cometeu uma inépcia profissional;

(D) O advogado cometeu tergiversação.

**22. A Conferência Nacional dos Advogados é órgão consultivo máximo do Conselho Federal, reunindo-se trienalmente, no segundo ano do mandato, tendo por objetivo o estudo e o debate das questões e problemas que digam respeito às finalidades da OAB e ao congraçamento dos advogados.**

**Sobre o tema, marque a alternativa incorreta de acordo como Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB:**

(A) As Conferências dos Advogados dos Estados e do Distrito Federal são órgãos consultivos dos Conselhos Seccionais, reunindo-se trienalmente, no segundo ano do mandato.

(B) No primeiro ano do mandato do Conselho Federal ou do Conselho Seccional, decidem-se a data, o local e o tema central da Conferência.

(C) As conclusões das Conferências têm caráter de recomendação aos Conselhos correspondentes.

(D) A Conferência é dirigida por uma Comissão Organizadora, designada pelo Vice-Presidente do Conselho, por ele presidida e integrada pelos membros da Diretoria e outros convidados.

**23. O advogado Pedro Freitas, regularmente inscrito na OAB/RJ, foi eleito em assembleia de acionistas e empossado Presidente do Banco Real. Como fica a situação desse advogado junto à OAB/RJ e quanto ao exercício da Advocacia?**

(A) O advogado terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada e, consequentemente não poderá mais exercer a advocacia;

(B) O advogado será licenciado pela OAB/RJ e, por consequência, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Presidente do Banco Real;

(C) O advogado continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia, ficando, porém, impedido de advogar contra o Banco Real;

(D) O advogado continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição, por se tratar de Banco privado.

**24. Embora o Código de Ética e Disciplina não seja uma lei editada com as devidas formalidades pelo Poder Legislativo, a obediência aos mandamentos do aludido instituto pelos advogados se deve ao teor do art. 33 da Lei nº 8.906/94, que assim determina.**

**Infringe disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado que:**

(A) Renuncia ao mandato outorgado por um cliente, mesmo contra a vontade deste.

(B) Recusa-se a atuar numa causa cível, quando for imposição do cliente que o advogado trabalhe com outro advogado indicado pelo cliente.

(C) Publica anuncio em jornal de grande circulação, informando, além do nome e número de inscrição na OAB, ser ele integrante do Instituto de Estudos Criminais do Estado do Rio de Janeiro – Iecerj.

(D) Faz emitir uma nota promissória ao cliente para garantia do pagamento de seus honorários.

**25. A respeito do desagravo público, disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:**

(A) O desagravo público, como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia, depende de concordância do ofendido, devendo ser promovido a critério do Conselho.

(B) Na sessão de desagravo o advogado ofendido lê a nota a ser publicada na imprensa, encaminhada ao ofensor e às autoridades e registrada nos assentamentos do inscrito.

(C) O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função na OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, a seu pedido ou de qualquer pessoa, não podendo ser de ofício.

(D) Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo pode ser promovida pela diretoria ou conselho da Subseção, com representação do Conselho Seccional.

**26. O advogado Jorge Dias, que tem domicílio profissional na cidade do Rio de Janeiro e está inscrito apenas na OAB/RJ, irá atuar em defesa de um cliente em uma ação penal proposta pelo Ministério Público na Comarca de Salvador/BA. Qual o procedimento a ser seguido pelo advogado?**

(A) Poderá patrocinar atuar naquela causa na Bahia, sem inscrição e sem qualquer comunicação à OAB.

(B) Terá que fazer uma inscrição suplementar na OAB/BA.

(C) Terá que fazer a transferência de sua inscrição para a OAB/BA.

(D) Poderá patrocinar atuar naquela ação na Bahia, sem inscrição na OAB/BA, mas desde que comunique o patrocínio à OAB/BA e OAB/RJ.

**27. Os advogados Marcelo Esquilo, Bernardo Chaves e Adriana Mel, amigos desde a infância, reencontram-se em uma festa de casamento de um amigo em comum e, após algum tempo de conversa, resolvem constituir uma sociedade de advogados.**

**Acerca das sociedades de advogados, analise as afirmativas abaixo e marque a resposta incorreta:**

**I – A sociedade adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.**

**II – Aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina, no que couber.**

**III – O licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição.**

**IV – É permitido o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.**

(A) Apenas a afirmativa IV está incorreta.

(B) As afirmativas I e III estão corretas.

(C) As afirmativas I e II estão corretas.

(D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

**28. Caso um advogado, que já foi punido com a sanção de censura pela OAB/RJ, deixe de pagar a OAB, depois de regularmente notificado pela OAB, e, mesmo assim, não efetuar o pagamento, nem fazer o parcelamento, qual a punição disciplinar poderá ser aplicada àquele advogado?**

(A) Censura;

(B) Suspensão pelo prazo de trinta dias a doze meses;

(C) Suspensão, pelo prazo mínimo de trinta dias, podendo se estender até que pague integralmente a OAB, cumulada com multa de uma a dez anuidades.

(D) Exclusão.

**29. Sobre órgãos da OAB, de acordo com o EAOAB, é incorreto afirmar:**

(A) De acordo com o atual EAOAB, o Conselho Federal é formado por conselheiros federais integrantes das delegações de cada unidade federativa mais os ex-presidentes que tomaram posse até 1994, pois, de acordo com a nova Lei, não mais integrarão o Conselho Federal aqueles ex-presidentes que passaram a exercer a atividade após o mesmo ano.

(B) Todos os órgãos possuem personalidade jurídica, exceto as subseções.

(C) A Caixa de Assistência dos Advogados tem como base territorial a mesma dos Conselhos Seccionais, ou seja, estados, DF e territórios.

(D) O Conselho Seccional é composto pelos conselheiros seccionais em número proporcional ao número de advogados inscritos, bem como pelos ex-presidentes do Conselho Seccional.

**30. O Estatuto da Advocacia e da OAB trata, entre outros temas relacionados à advocacia, das prerrogativas do advogado. Assim, podemos afirmar que constitui direito do advogado:**

(A) visitar seu cliente que esteja preso em estabelecimento penitenciário, desde que tenha procuração.

(B) obter vista dos autos de um processo sob segredo de justiça, mesmo sem procuração.

(C) exercer a profissão em todo o território nacional, independentemente do número de causas em cada estado e sem precisar de inscrição suplementar.

(D) usar a expressão “pela ordem” em qualquer juízo para replicar censura que lhe for feita durante o julgamento.

**Direito e Processo Penal**

**31. Assinale a alternativa correta:**

(A) o funcionário público que se utiliza de carro público para viajar de férias com a família pratica crime de peculato de uso;

(B) o crime de furto se consuma com a inversão da posse da coisa de forma tranquila, ainda que passageira. Com a saída da coisa da esfera de vigilância da vítima;

(C) em caso de latrocínio, se a morte da vítima se verifica, mas a subtração da coisa fica na tentativa, o crime não chega a se consumar;

(D) se o agente usa de documento falso para a prática de estelionato, responderá sempre pelo concurso material dos dois crimes;

**32. Assinale a alternativa correta:**

(A) a interceptação de comunicações telefônicas somente pode ser usada em investigação criminal ou instrução processual penal, não podendo servir em ações civis;

(B) o emprego de arma de brinquedo também qualifica o crime de roubo;

(C) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe intenso sofrimento físico ou mental, motivado por discriminação política é crime de tortura, assim definido em lei;

(D) o exercício da ação penal, em crimes contra a ordem tributária, necessariamente depende do exaurimento da discussão da questão na esfera administrativo-fiscal;

**33. Assinale a alternativa correta:**

(A) uma banda de rock que, em suas músicas, incentiva o uso de *cannabis sativa* ("maconha") não pratica crime algum, haja vista o princípio constitucional da liberdade de expressão.

(B) o fato de o administrador público deixar de ordenar o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei é mera infração administrativa, não caracterizando nenhum crime previsto no Código Penal Brasileiro.

(C) quem remarca número de chassi de automóvel pratica o crime de falsidade ideológica, do art. 299, do Código Penal.

(D) o crime de corrupção passiva se consuma com a mera solicitação, independentemente da obtenção da vantagem solicitada.

**34. O tipo penal compõe-se:**

(A) somente de elementos normativos e subjetivos.

(B) somente de elementos descritivos e subjetivos

(C) somente de elementos normativos e descritivos.

(D) de elementos normativos, subjetivos e descritivos.

**35. No conflito aparente de normas, quando se evidencia a ocorrência de um crime-meio para a caracterização de um crime-fim, a questão vem solucionada pelo:**

(A) princípio da subsidiariedade tácita.

(B) princípio da consunção.

(C) princípio da especialidade.

(D) princípio da alternatividade.

**36. Assinale a afirmação correta:**

(A) A autoridade policial pode indeferir a instauração de inquérito policial por entender de difícil apuração o fato criminoso noticiado.

(B) O juiz deve arquivar o inquérito policial, de ofício, quando se convença da falta de justa causa para a persecução penal.

(C) O Delegado de Polícia deve arquivar o inquérito policial quando as investigações tornem patente a inexistência de crime.

(D) Nos crimes de ação penal pública incondicionada o inquérito policial é dispensável quando o Ministério Público dispõe de elementos informativos idôneos para embasar a denúncia.

**37. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico, decorrente de lógica de interpretação de texto legal, o inquérito policial:**

(A) não é prescindível ao oferecimento da denúncia.

(B) está, obrigatoriamente, sujeito ao princípio constitucional do contraditório.

(C) deve assegurar o princípio constitucional da ampla defesa.

(D) é procedimento administrativo, de caráter investigatório, informativo e inquisitorial, destinado a subsidiar a atuação do Ministério Público.

**38. É aplicável à ação penal privada exclusiva o princípio da:**

(A) disponibilidade

(B) obrigatoriedade

(C) transcendência

(D) divisibilidade

**39. São consideradas infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 10.259/01 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal:**

(A) Crimes a que a lei comine pena máxima não superiores a um ano, ou multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial.

(B) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

(C) Crimes a que a lei comine pena máxima não superiores a três anos, ou multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial.

(D) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, ou multa.

**40. Em conformidade com a lei processual penal são consideradas as seguintes espécies de prisão em flagrante:**

(A) forjado, presumido e especial.

(B) preparado, putativo e próprio.

(C) próprio, impróprio e presumido.

(D) esperado, presumido e preparado.

**Empresarial**

**41. Em relação à estruturação do Sistema Financeiro Nacional e à regulação concernente às instituições financeiras privadas, assinale a opção correta.**

(A) As instituições financeiras privadas constituir-se-ão unicamente sob a forma de sociedade anônima, devendo o seu capital com direito a voto ser representado por ações nominativas.

(B) As instituições financeiras privadas terão suas atividades, capacidade e modalidade individualmente reguladas pelo CMN, devendo submeter à prévia aprovação desse órgão os seus programas de recursos e aplicações.

(C) As instituições financeiras privadas serão fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à qual competirá autorizar lhes o funcionamento e verificar se observam as normais legais e regulamentares sobre seu funcionamento.

(D) As instituições financeiras privadas não poderão conceder empréstimos e adiantamentos aos seus diretores ou aos membros de seus conselhos administrativo e fiscal, bem como aos respectivos cônjuges e parentes de primeiro e segundo graus.

**42. O *commercial paper*, amplamente utilizado no mercado de valores mobiliários, instrumentaliza-se, no Brasil, por meio de:**

(A) nota promissória.

(B) cédula de crédito.

(C) bônus de subscrição.

(D) letra de câmbio.

ESTÃO 42

**43. Assinale a opção correta com relação à sociedade em comum:**

(A) Enquanto não forem arquivados os atos constitutivos, a sociedade anônima rege-se pelas normas da sociedade em comum.

(B) A sociedade em comum constitui um tipo societário elegível pelas partes e passível de ser levado à registro como tal.

(C) Enquanto não levados à registro os atos constitutivos de uma sociedade simples, a esta se aplicam as normas da sociedade em comum.

(D) Os bens e dívidas da sociedade em comum constituem patrimônio especial, titularizado e gerido exclusivamente pelo respectivo sócio administrador.

QUESTÃO 42

**44. Com base na Lei n.º 6.406/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, assinale a opção correta acerca das características jurídicas desse tipo de sociedade empresarial.**

(A) As partes beneficiárias compõem o capital social desse tipo de sociedade, sendo permitida a participação nos lucros anuais.

(B) As ações, quanto à forma, podem ser classificadas em ordinárias e preferenciais.

(C) Nessas sociedades, apenas acionistas poderão ser simultaneamente titulares de ações e debêntures.

(D) Os bônus de subscrição conferem direito de crédito contra a companhia, podendo conter garantia real ou flutuante.

**45. De acordo com a legislação em vigor relativa a títulos de crédito, não é passível de aceite a:**

(A) letra de câmbio.

(B) nota promissória.

(C) duplicata mercantil.

(D) duplicata rural.

**Direito e Processo Civil**

**46. Sobre a teoria da asserção, é correto dizer:**

(A) Trata-se de uma nova teoria analítica dos juizados especiais.

(B) Trata das formas anômalas de extinção do processo.

(C) Trata da investigação das condições da ação na fase saneadora do processo, não devendo o juiz fiar-se naquilo afirmado pelo autor.

(D) Trata, ressalvados casos em que patentemente falece ao demandante alguma das condições da ação, da aceitação das assertivas autorais da forma como feitas inicialmente, viabilizando um desfecho meritório na grande maioria das vezes.

**47. Sobre o sistema recursal, marque a opção correta:**

(A) A regra do recurso de apelação é o seu recebimento no duplo efeito.

(B) A regra do recurso de agravo de instrumento é o seu recebimento no duplo efeito.

(C) É irrecorrível a decisão monocrática que nega seguimento ao recurso por ausência de preparo ou por intempestividade.

(D) O capítulo da sentença que confirma a antecipação de tutela está sujeito ao efeito suspensivo.

**48. Sobre o processo cautelar, marque a opção correta:**

(A) o juiz pode conceder medidas cautelares de ofício e sem a oitiva da parte contrária.

(B) O código de processo civil, no livro III, trata exaustivamente das medidas cautelares que possam ser aviadas.

(C) A sequestro, o arresto e a prestação de contas são exemplos clássicos de cautelares nominadas.

(D) Encontra boa aceitação doutrinária a existência de cautelares satisfativas.

**49. Sobre o processo de execução, marque a opção correta:**

(A) Não mais existem hipóteses de processos de execução autônomos quando estivermos a lidar com títulos executivos judiciais.

(B) O sincretismo processual foi uma inovação trazida por ocasião de recentes reformas que alteraram a sistemática dos títulos executivos judiciais.

(C) Sem garantia do juízo, veda-se a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução.

(D) No que se refere às matérias defensivas, não há mais diferenças entre impugnação ao cumprimento de sentença e os embargos à execução.

**50. Está correta a afirmação seguinte:**

(A) O CPC autoriza a assistência por interesse econômico.

(B) O CPC traz o *amicus curiae* dentre suas modalidades interventivas.

(C) O CPC não mais regulamenta a oposição autônoma.

(D) O CPC, quando revel o assistido, não exclui o assistente do processo.

**51. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, salvo:**

(A) os menores de dezesseis anos.

(B) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

(C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(D) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

**52. Sobre o domicílio, aponte a assertiva correta**

(A) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

(B) A prova da intenção não resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizerem da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

(C) Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio, quaisquer que sejam as relações que lhe corresponderem.

(D) O domicílio da pessoa jurídica é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

**53. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:**

(A) as energias que tenham valor econômico.

(B) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

(C) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

(D) o direito à sucessão aberta.

**54. Sobre o direito sucessório, marque a alternativa correta**

(A) Não há diferença entre o direito real de habitação do cônjuge e do convivente.

(B) Em todas as hipóteses, o regime do convivente é considerado menos vantajoso do que o regime sucessório do cônjuge.

(C) O ascendente é herdeiro necessário.

(D) A convivente é herdeira necessária.

**55. Pode-se dizer sobre o casamento que**

(A) O Código Civil não tolera que o regime de casamento seja fixado de acordo com aspectos etários, o que seria inconstitucional.

(B) A doação feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa, é inválida, por ser inconstitucional.

(C) Será nulo o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.

(D) O registro do casamento religioso é inviável, já que nosso país é laico.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Com relação às estabilidades e às garantias provisórias de emprego, é correto afirmar que:**

(A) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

(B) a empregada gestante não tem direito à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência.

(C) é assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo legal, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.

(D) o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio não obsta a estabilidade sindical, porque ainda vigente o contrato de trabalho.

**57. No contexto da teoria das nulidades do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.**

(A) configurado o trabalho ilícito, é devido ao empregado somente o pagamento da contraprestação salarial pactuada.

(B) os trabalhos noturno, perigoso e insalubre do menor de 18 (dezoito) anos de idade são modalidades de trabalho proibido ou irregular.

(C) o trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos de idade, que não seja aprendiz, é modalidade de trabalho ilícito, não gerando qualquer efeito.

(D) a falta de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado invalida o contrato de trabalho.

**58. Com relação ao regime de férias, é correto afirmar que:**

(A) as férias devem ser pagas ao empregado com adicional de 1/3 até 30 dias antes do início do seu gozo.

(B) salvo para as gestantes e os menores de 18 anos, as férias podem ser gozadas em dois períodos.

(C) o empregado que pede demissão antes de completado seu primeiro período aquisitivo faz jus a férias proporcionais.

(D) as férias podem ser convertidas integralmente em abono pecuniário, por opção do empregado.

**59. No dia 23.05.2012, Fernando apresentou reclamação verbal perante o distribuidor do fórum trabalhista, o qual, após livre distribuição, o encaminhou para a 16ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Entretanto, Fernando mudou de ideia e não compareceu à secretaria da Vara para reduzi-la a termo. No dia 07.01.2013, Fernando retornou ao distribuidor da Justiça do Trabalho e, decidido, apresentou novamente a sua reclamação verbal, cuja livre distribuição o encaminhou para a 80ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Desta vez, o trabalhador se dirigiu à secretaria da Vara, reduziu a reclamação a termo e saiu de lá ciente de que a audiência inaugural seria no dia 12.04.2013. Contudo, ao chegar o dia da audiência, Fernando mudou de ideia mais uma vez e não compareceu, gerando o arquivamento dos autos. Diante desta situação concreta, é correto afirmar que:**

(A) Fernando não poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que a CLT proíbe o ajuizamento sucessivo de 3 (três) reclamações desta modalidade.

(B) Fernando poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que somente a segunda foi reduzida a termo, gerando apenas 1 (um) arquivamento dos autos por ausência do autor na audiência inaugural.

(C) Fernando não poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que deu ensejo à perempção prevista no CPC, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho.

(D) Fernando poderá ajuizar nova reclamação trabalhista, mas apenas na forma escrita e assistido obrigatoriamente por advogado.

**60. Maria trabalha na empresa BBX realizando serviço suplementar com habitualidade há 1 ano e quatro meses. Seu empregador pretende suprimir as horas extras prestadas por Maria. Neste caso,**

(A) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao valor de 2 meses das horas suprimidas.

(B) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao valor de 1 mês das horas suprimidas.

(C) será assegurado à Maria o direito à indenização correspondente ao último salário recebido.

(D) não será assegurado à Maria qualquer valor a título de indenização, uma vez que a supressão de horas extras é benéfica ao trabalhador.

**61. Em relação às nulidades, é correto afirmar no processo do trabalho que:**

(A) somente haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

(B) todas as nulidades serão declaradas *ex officio*, notadamente aquelas pertinentes a cerceio de defesa e vício de citação.

(C) a nulidade fundada em incompetência de foro não poderá ser declarada *ex officio*.

(D) a nulidade declarada prejudicará não apenas os atos anteriormente praticados, mas também aqueles posteriores que deles dependam ou sejam consequência.

**62. Sobre o sistema recursal trabalhista, é correto afirmar que:**

(A) as decisões interlocutórias são irrecorríveis.

(B) os recursos são interpostos por mera petição no prazo comum de 8 (oito) dias e serão recebidos com o duplo efeito, devolutivo e suspensivo.

(C) o Agravo de Instrumento é cabível contra a decisão que denega a interposição de recurso e deve ser apresentado diretamente no Tribunal competente para o julgamento do recurso denegado.

(D) das decisões proferidas em execução, inclusive a sentença que julga os embargos do devedor, o recurso cabível é o Agravo de Petição.

**63. Considera-se hipótese de suspensão do contrato de trabalho:**

(A) o afastamento do trabalho até três dias consecutivos em virtude de casamento.

(B) o afastamento do trabalho por motivo de doença, até 15 dias.

(C) a participação pacífica em greve sem o recebimento de salário.

(D) o período em que o empregado estiver em gozo de férias.

**64. Paula ajuizou ação em face de seu empregador objetivando a satisfação dos pedidos de horas extraordinárias, suas integrações e consectárias. O seu pedido foi julgado improcedente. Recorre ordinariamente, pretendendo a substituição da decisão por outra de diverso teor, tempestivamente. Na análise da primeira admissibilidade recursal há um equívoco, e se nega seguimento ao recurso por intempestivo. Desta decisão, tempestivamente, se interpõe o recurso de agravo por instrumento, que tem seu conhecimento negado pelo Tribunal Regional do Trabalho, por ausência do depósito recursal referente à metade do valor do recurso principal que se pretendia destrancar, nos termos do artigo 899, § 7º da Consolidação das Leis do Trabalho. Quanto à conduta do Desembargador Relator, é corretor afirmar que:**

(A) ela está correta, uma vez que o referido artigo afirma que nos casos de interposição do recurso de agravo por instrumento é necessária a comprovação do depósito recursal de 50% do valor do depósito referente ao recurso que se pretende dar seguimento.

(B) ela está correta, uma vez que o preparo é requisito de admissibilidade recursal e, por isso, não pode estar ausente, sob pena de não conhecimento do recurso.

(C) ela está equivocada, pois em que pese haver a necessidade do preparo para a interposição do recurso de agravo por instrumento, no problema acima, o pedido foi julgado improcedente sendo recorrente o autor, portanto, dispensável o preparo no que se refere a depósito recursal.

(D) ela está equivocada, pois o recurso de agravo por instrumento, na esfera laboral é o único, juntamente com os embargos por declaração, que não necessita de preparo para a sua interposição.

**65. Em relação aos dissídios individuais trabalhistas, assinale a opção correta.**

(A) estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

(B) o reclamado deverá apresentar a contestação na audiência, por escrito, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.

(C) pelo princípio da impugnação especificada, o reclamado deverá esclarecer, em sua defesa e de forma geral, se todas as alegações do autor são inverídicas ou se a pretensão deste é improcedente, requerendo a improcedência dos pedidos contidos na peça vestibular.

(D) quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, a prescrição não poderá ser interrompida caso a ação seja arquivada, haja vista os princípios da celeridade e da economia processual.

**Direito Tributário**

**66. Obedece ao princípio da anterioridade anual, mas não obedece ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) o imposto sobre:**

(A) a renda (IR).

(B) produtos industrializados (IPI).

(C) importação (II).

(D) serviço de qualquer natureza (ISS).

**67. A imunidade recíproca:**

(A) refere-se a todos os tributos.

(B) abrange os impostos sobre o patrimônio, renda, serviço, circulação de mercadorias, produtos industrializados e operações financeiras.

(C) refere-se a todos os entes políticos e entidades da Administração indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista.

(D) refere-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**68. Marque a opção correta:**

**I - Tendo em vista situação de relevância e urgência, qual seja uma inundação causada por chuvas intensas, o Presidente da República edita medida provisória criando empréstimo compulsório na forma do art. 148, I da CRFB e cobra imediatamente dos contribuintes;**

**II – Majorada alíquota de IPI em 01 de março de 2007 ele poderá ser cobrado 90 dias depois, no mesmo exercício financeiro;**

**III – O IPTU não se submete a noventena quando for alterada sua alíquota.**

**Estão corretas:**

(A) somente a assertiva I;

(B) as assertivas I e II

(C) as assertivas I e III

(D) somente a assertiva II

**69. Pelo princípio da legalidade, estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:**

(A) Um tributo não pode ser criado ou majorado senão em virtude de lei.

(B) medida provisória, preenchidos os requisitos constitucionais, pode criar ou majorar tributos.

(C) Decreto do poder executivo não pode criar ou alterar alíquotas de tributos em nenhuma hipótese.

(D) A instituição de um tributo por meio de Lei Complementar não viola o princípio da legalidade.

**70. Marque a alternativa correta:**

(A) Impostos são espécies tributárias que podem ter suas receitas destinadas a uma atuação estatal específica.

(B) as contribuições sociais gerais são de competência exclusiva da União.

(C) As taxas previstas no art. 178 do CTN tem como fato gerador o exercício efetivo ou potencial do poder de polícia.

(D) O empréstimo compulsório em caso de guerra externa ou sua iminência somente se submete à noventena.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÂO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |